

Sumário

CAPÍTULO I ► CONCEITOS ESSENCIAIS	21
1. Tutela coletiva e meios de solução coletiva de conflitos.....	21
2. Ação coletiva e processo coletivo.....	22
2.1. Situações limítrofes.....	23
3. Classificações doutrinárias	23
3.1. Processo coletivo comum e processo coletivo especial.....	23
3.2. Tutela coletiva pela via principal e tutela coletiva pela via incidental....	24
3.3. Tutela metaindividual (transindividual) e tutela pluri-individual.....	24
3.4. Técnicas individuais de repercussão coletiva e técnicas coletivas de repercussão individual	24
3.5. Coletivização parcial e coletivização total.....	25
3.6. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos.....	25
CAPÍTULO II ► ORIGEM DA TUTELA COLETIVA.....	27
1. Origem remota	27
2. Origem próxima.....	27
CAPÍTULO III ►LEGISLAÇÃO NO BRASIL	29
1. Evolução legislativa.....	29
2. Microssistema de tutela coletiva.....	33
CAPÍTULO IV ►PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO.....	35
1. Acesso à justiça.....	35
2. Universalidade da jurisdição.....	36
3. Isonomia.....	36
4. Segurança jurídica.....	36
5. Economia processual	37
6. Devido processo legal coletivo.....	37
7. Primazia do mérito ou continuidade da ação coletiva.....	37
8. Disponibilidade motivada (da ação e dos recursos).....	38
9. Não taxatividade	40

10. Atipicidade, máxima amplitude ou absoluta instrumentalidade.....	44
11. Obrigatoriedade temperada ou mitigada (indisponibilidade)	46
12. Discricionariedade controlada	46
13. Obrigatoriedade da execução	47
14. Prevalência da execução dos prejuízos individuais	48
15. Participação.....	48
16. Publicidade.....	48
17. Ampla divulgação ou adequada notificação dos membros do grupo.....	48
18. Informação aos legitimados	49
19. Máximo benefício ou regime jurídico <i>in utilibus</i>	50
20. Reparação integral do dano.....	51
21. Máxima efetividade, predominância dos aspectos inquisitivos ou ativismo judicial.....	51
22. Competência adequada.....	52
23. Aplicação integrada das normas	52
CAPÍTULO V ▶ DIREITOS E INTERESSES.....	53
1. Terminologia.....	53
1.1. Interesse material e interesse processual.....	53
1.2. Interesse privado, interesse social, interesse geral e interesse público	53
1.3. Interesses ou direitos coletivos?	54
2. Classificação	55
2.1. Direitos difusos	57
2.2. Direitos coletivos	58
2.3. Direitos individuais homogêneos	59
2.4. Direitos individuais indisponíveis.....	61
2.5. Quadro síntese	63
3. Direitos essencialmente coletivos e direitos accidentalmente coletivos.....	64
4. Objetos específicos	65
4.1. Ação popular.....	65
4.2. Ação de improbidade administrativa.....	67
4.3. Mandado de segurança coletivo	69
4.4. Mandado de injunção coletivo	69
CAPÍTULO VI ▶ CONFLITOS COLETIVOS.....	71
1. Classificação	71

1.1. Litígios transindividuais de difusão global.....	72
1.2. Litígios transindividuais de difusão local.....	72
1.3. Litígios transindividuais de difusão irradiada	73
1.4. Quadro síntese.....	73
CAPÍTULO VII ► LEGITIMIDADE.....	75
1. Natureza	75
2. Legitimados ativos	77
2.1. Ação civil pública	90
2.1.1. Ministério Público	78
2.1.2. Defensoria Pública	83
2.1.3. Administração Pública.....	89
2.1.4. Associações	91
2.1.5. Sindicatos	101
2.1.6. Partidos políticos	103
2.1.7. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	103
2.1.8. Cooperativas.....	105
2.1.9. Comunidades indígenas.....	105
2.2. Ação popular.....	106
2.3. Ação de improbidade administrativa.....	110
2.4. Mandado de segurança coletivo	112
2.5. Mandado de injunção coletivo	116
3. Legitimados passivos	117
3.1. Ação civil pública	117
3.2. Ação popular.....	117
3.3. Ação de improbidade administrativa.....	118
3.4. Mandado de segurança coletivo	119
3.5. Mandado de injunção coletivo	121
4. Legitimidade bifronte.....	121
5. Representatividade adequada.....	123
6. Legitimidade extraordinária convencionada.....	124
7. Quadro síntese	125
CAPÍTULO VIII ► LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÕES.....	127
1. Litisconsórcio.....	127
2. Intervenção do indivíduo	129
3. Intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública	132
4. Intervenção de terceiros	134

CAPÍTULO IX ► COMPETÊNCIA	137
1. Competência de Justiça	137
2. Competência de foro	138
2.1. Ação civil pública	138
2.2. Ação popular.....	141
2.3. Ação de improbidade administrativa.....	143
2.4. Mandado de segurança coletivo	143
2.5. Quadro síntese.....	144
3. Competência de juízo	144
CAPÍTULO X ► RELAÇÃO ENTRE AÇÕES	149
1. Relação entre ações coletivas.....	149
2. Relação entre ação coletiva e ações individuais.....	154
2.1. Ação individual anterior à ação coletiva	155
2.2. Ação coletiva anterior à ação individual	158
2.3. Quadro síntese.....	159
CAPÍTULO XI ► SENTENÇA E COISA JULGADA	161
1. Sentença coletiva	161
1.1. Direitos difusos e coletivos	161
1.2. Direitos individuais homogêneos	164
2. Coisa julgada.....	167
2.1. Limites objetivos	167
2.2. Limites subjetivos	167
2.3. Limites territoriais.....	169
2.4. Coisa julgada secundum eventum probationis	173
2.5. Coisa julgada secundum eventum litis in utilibus.....	176
3. Transporte <i>in utilibus</i>	176
4. Coisa julgada coletiva penal.....	177
CAPÍTULO XII ► MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES	179
1. Recursos	179
1.1. Cabimento	179
1.2. Legitimidade.....	181
1.3. Interesse	181
1.4. Tempestividade.....	181

1.5. Desistência e renúncia.....	182
1.6. Efeito suspensivo.....	183
2. Remessa necessária.....	184
3. Requerimento de suspensão da decisão.....	188
CAPÍTULO XIII ► LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO	193
1. Direitos transindividuais	193
2. Direitos individuais homogêneos	194
3. Modalidades de execução.....	196
3.1. Execução coletiva.....	196
3.2. Execução individual	198
3.3. Execução pseudocoletiva.....	199
4. Meios executivos.....	202
5. Execução provisória.....	206
6. Execução negociada.....	206
CAPÍTULO XIV ► TEMAS PECULIARES DO PROCESSO COLETIVO.....	207
1. Despesas processuais.....	207
2. Tutela provisória	218
2.1. Indisponibilidade de bens.....	221
3. Ação coletiva passiva.....	221
4. Controle de constitucionalidade	223
4.1. Controle de políticas públicas.....	224
5. Processos estruturantes	227
6. Acordos	229
6.1. Improbidade administrativa.....	231
7. Negócios jurídicos processuais.....	235
8. Ônus da prova.....	236
9. Peculiaridades procedimentais	237
9.1. Emenda da petição inicial	237
9.2. Reconvenção	238
9.3. Ação popular.....	239
9.4. Ação de improbidade administrativa.....	240
10. Prescrição.....	241
11. Decadência.....	250
12. Dano moral coletivo.....	251

CAPÍTULO XV ► INSTRUMENTOS EXTRAJUDICIAIS	255
1. Procedimentos instrutórios	255
1.1. Inquérito civil	256
1.1.1. Instauração	261
1.1.2. Instrução	263
1.1.3. Conclusão	264
2. Recomendação.....	266
3. Compromisso de ajustamento de conduta	268
3.1. Termo de Ajustamento de Conduta.....	272
4. Mediação e arbitragem	276
BIBLIOGRAFIA.....	277